

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA AUSTRÁLIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O BRASIL*

CLÁUDIA OLIVEIRA PIMENTA

RESUMO

Este artigo tem o propósito de apresentar resultados de investigação cujo objetivo foi identificar eventuais contribuições da experiência de avaliação da educação infantil australiana para a análise de iniciativas da mesma natureza, em curso no Brasil. Tem como base análise documental e informações coletadas in loco, quando da realização de estágio de pesquisa no exterior, na Graduate School of Education da Universidade de Melbourne, Austrália, em 2016. Os resultados do estudo evidenciam que o desenho avaliativo australiano reflete a preocupação com dimensões da qualidade consideradas fundamentais pela legislação e documentos norteadores da educação infantil no Brasil, ainda que os contextos social e educacional de ambos os países sejam bem diferentes. Ademais, indicam a importância da articulação e colaboração entre entes federados para a implantação de políticas voltadas para a primeira infância.

* Este artigo é fruto de estágio de pesquisa no exterior financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Processo n. 2016/09612-7. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da Fapesp.

PALAVRAS-CHAVE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO • EDUCAÇÃO INFANTIL • QUALIDADE DA EDUCAÇÃO • AUSTRÁLIA.

EVALUACIÓN DE LA EDUCACIÓN INFANTIL EN AUSTRALIA: CONTRIBUCIONES PARA BRASIL

RESUMEN

Este artículo tiene el propósito de presentar resultados de una investigación que tuvo el objetivo de identificar eventuales contribuciones de la experiencia de evaluación de la educación infantil australiana para analizar iniciativas de la misma naturaleza en curso en Brasil. Su base es el análisis documental e informaciones recogidas in loco, cuando se realizó la práctica de investigación en el exterior, en la Graduate School of Education de la Universidad de Melbourne, Australia, en el 2016. Los resultados del estudio evidencian que el diseño evaluativo australiano refleja la preocupación con dimensiones de la calidad consideradas como fundamentales por la legislación y documentos orientadores de la educación infantil en Brasil, aunque los contextos social y educacional de ambos países sean bastante diferentes. Además, indican la importancia de la articulación y colaboración entre entes federados para la implantación de políticas destinadas a la primera infancia.

PALABRAS CLAVE EVALUACIÓN DE LA EDUCACIÓN • EDUCACIÓN INFANTIL • CALIDAD DE LA EDUCACIÓN • AUSTRALIA.

EVALUATION OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN AUSTRALIA: CONTRIBUTIONS FOR BRAZIL

ABSTRACT

This article aims to present research results intended to identify possible contributions from the Australian experience in evaluation early childhood education, in order to analyze similar initiatives existent in Brazil. It is based on documentary analysis and information collected in loco, when we conducted research internship abroad, at the Graduate School of Education of the University of Melbourne, Australia, in 2016. The results of the study show that the Australian evaluation initiative reflects the concern with dimensions of quality which are considered fundamental, by the legislation and documents guiding children's education in Brazil, even though the social and educational contexts are very different in both countries. Furthermore, they indicate the importance of articulation and federative collaboration between federal, state and municipal governments for the deployment of policies focused on early childhood.

KEYWORDS EDUCATION ASSESSMENT • EARLY CHILDHOOD EDUCATION • QUALITY OF EDUCATION • AUSTRALIA.

INTRODUÇÃO

Desde o final da última década, proposições de avaliação da educação infantil, ensejadas pelo arcabouço legal instituído a partir da Constituição Federal de 1988, vêm sendo formuladas, tanto por governos quanto por organizações da sociedade civil (SOUSA, 2014; PIMENTA, 2017).¹

Na esfera federal, o Ministério da Educação (MEC) publicou, em 2009, o material *Indicadores da qualidade na educação infantil* e, em 2012, o documento *Educação infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação*.² Esses documentos, em conjunto com a legislação e outras publicações elaboradas ou apoiadas pelo MEC, concernentes à etapa, constituíram-se como referências para a proposição da Avaliação Nacional da Educação Infantil (Anei).³ Além das propostas do MEC, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) divulgou, em 2011, o instrumento denominado *Ages & Stages Questionnaires – Third Edition (ASQ-3)* e apoiou sua aplicação na rede municipal de educação do Rio de Janeiro.⁴

Iniciativas avaliativas da etapa também têm sido implementadas por governos municipais, seja por meio da

¹ Não trataremos, neste artigo, de proposições da sociedade civil.

² Ambos os documentos estão disponíveis no portal do MEC: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12579%3Aeducacao-infantil&Itemid=859>. Acesso em: 30 nov. 2016.

³ A ANEI foi estabelecida pelo Ministério da Educação por meio da Portaria n. 369, de 5 de maio de 2016, que criava o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb), tendo sido revogada, no mesmo ano, pela Portaria n. 981, de 25 de agosto de 2016.

⁴ Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/?p=6141>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

contratação de sistemas apostilados que oferecem, entre outros elementos, instrumentos de avaliação (ADRIÃO et al., 2009; NASCIMENTO, 2012), seja adotando e/ou adaptando instrumentos produzidos em âmbito federal ou, ainda, criando procedimentos próprios de avaliação da educação infantil (BAUER et al., 2016).

As proposições gestadas no âmbito do MEC sugerem uma avaliação com foco nas condições de oferta da educação infantil. A proposta da SAE, por sua vez, promove uma abordagem que recai sobre o desenvolvimento/aprendizagem das crianças. No caso de iniciativas municipais implementadas, encontramos ambas as abordagens. Os diferentes desenhos avaliativos propostos para a etapa parecem indicar um cenário de disputas sobre quais noções de qualidade devem ser assumidas pela avaliação da educação infantil em nosso país.

Esse cenário levou-nos a investigar o funcionamento do sistema de credenciamento e avaliação da educação infantil australiana, durante estágio de pesquisa no exterior, entre os meses de agosto e outubro de 2016,⁵ com o objetivo de evidenciar potencialidades dessa experiência para contribuir com as análises de iniciativas em curso no Brasil. Em artigo anterior, tratamos de diferentes proposições de avaliação da educação infantil desenvolvidas em outros países, pois concordamos que tais experiências

[...] podem iluminar a proposição de caminhos próprios, que respondam às necessidades e aos desafios do país, marcado por diversidades e profundas desigualdades. (SOUSA; PIMENTA, 2016, p. 380)

Nossa escolha por estudar o caso australiano se pautou no fato de esse país ter implementado a avaliação da educação infantil como integrante de uma política nacional voltada para a primeira infância, assumida por todos os entes federados, por meio de articulação federativa promovida pela legislação e considerada fundamental para o desenvolvimento das políticas concernentes às crianças e, por conseguinte, para o estabelecimento da avaliação (FENECH; GIUGNI; BOWN, 2012; WESTON; TAYLER, 2016). A diversidade do contexto educativo australiano, que atende crianças

⁵ O estágio de pesquisa no exterior foi realizado na Graduate School of Education da Universidade de Melbourne, sob a orientação da Professora Doutora Jane Page.

nascidas em seu território, mas também crianças de famílias estrangeiras que vivem na Austrália, além da população aborígine, foi outro fator que contribuiu para essa escolha, dado que o Brasil também se configura como um país culturalmente diverso.

As características da educação infantil australiana são bem diferentes das do Brasil, quanto à provisão, obrigatoriedade, gratuidade, tipos de serviços oferecidos, formação de professores, entre outras. Entretanto, em ambos os países, é crescente a preocupação com a qualidade da oferta dessa etapa educacional.

No Brasil, documentos contruídos desde a década de 1990 vêm apontando padrões e critérios de qualidade que devem ser levados em conta pelos estabelecimentos educacionais e pelas diversas instâncias governamentais. Na Austrália, esse processo está institucionalizado, com a existência de padrões de qualidade nacionais utilizados para realizar o credenciamento, monitoramento e avaliação dos serviços.

O estudo aqui relatado, de natureza qualitativa, foi realizado por meio de levantamento e posterior análise de documentos governamentais e de produção acadêmica pertinentes a essa etapa educacional e à sua avaliação, bem como de entrevistas com pesquisadores da Universidade de Melbourne, diretoras de instituições de educação infantil e com um membro da Australian Children's Education and Care Quality Authority (ACECQA – Autoridade Australiana para Qualidade da Educação e Cuidados Infantis), órgão governamental responsável pela implementação das políticas voltadas para a primeira infância e pela avaliação da etapa na Austrália.

A seguir, tratamos da implementação do *National Quality Framework* (NQF – Estrutura Nacional de Qualidade) (2011b) e do *National Quality Standard* – NQS (Padrão Nacional de Qualidade) e apresentamos as características de ambos. Por fim, traçamos algumas considerações sobre possíveis contribuições dessa experiência para o Brasil.

A IMPLEMENTAÇÃO DO NATIONAL QUALITY STANDARD NA AUSTRÁLIA: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO

Até 2007, segundo Fenech, Giugni e Bown (2012), o investimento público da Austrália na primeira infância era muito pequeno, com políticas fragmentadas, formação dos professores e condições de trabalho inadequadas. Os processos de regulação de licenciamento e o sistema de credenciamento dos serviços de educação e cuidados eram considerados ineficientes e incapazes de induzir padrões e práticas de alta qualidade.

Para responder a essas críticas, bem como às recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) relacionadas à qualificação dos profissionais, proporção entre número de professores e quantidade de crianças/tamanho dos grupos – entendidos como indicadores de qualidade do processo –, a Austrália iniciou, em 2009, um conjunto de reformas para elevar os padrões e práticas de qualidade na Educação Infantil e Cuidados, em inglês, Early Childhood Education and Care (Ecec).

Segundo Weston e Tayler (2016), houve uma articulação entre todos os entes federados australianos, que concordaram em desenvolver e implementar propostas e abordagens consistentes para a Ecec, em nível nacional. Para as autoras, as “alavancas” das reformas foram a legislação, a regulamentação, o financiamento e a regulação, dimensões nas quais todos os níveis de governo estão envolvidos.

A Austrália é uma monarquia parlamentarista, formada por seis estados,⁶ dois territórios e um governo nacional,⁷ denominado Commonwealth. Os entes federados têm autonomia entre si e independência para elaborar suas legislações, não necessitando se reportar à legislação nacional. Dada a limitação de poderes da Commonwealth, estabelecida pela Constituição australiana, “cada estado mantém a sua própria soberania e o poder de fazer leis (sobre assuntos não controlados pela Commonwealth)”⁸ (WESTON; TAYLER, 2016, p. 30, tradução nossa). Um desses assuntos é a educação. Entretanto, a Commonwealth retém a maior parte das receitas tributárias e, portanto, apresenta mais capacidade de investimento que os estados (LEVY, 2011; WESTON;

6 Estados australianos: New South Wales (NSW); Victoria (Vic); Queensland (Qld); South Australia (SA); Western Australia (WA); Tasmania (Tas).

7 Territórios australianos: Northern Territory (NT) e Australian Capital Territory (ACT).

8 Trecho original: “each state retains its own sovereignty and power to make laws (over matters not controlled by Commonwealth)”.

TAYLER, 2016), o que implica induções de políticas por parte do governo central.

Weston e Tayler (2016, p. 30, tradução nossa) defendem a importância da promoção de debates sobre “os papéis e responsabilidades” de cada ente federado, bem como a colaboração por meio

[...] de fóruns e acordos intergovernamentais que buscam redistribuir o financiamento na Commonwealth com medidas de *accountability* adequadas para a obtenção de resultados.⁹

⁹ Trecho original: “intergovernmental forums and agreements that seek to re-distribute Commonwealth funding with appropriate accountability measures for the achievement of outcomes”.

Em entrevista concedida a nós em setembro de 2016, a Professora Collette Tayler (então vice-presidente da ACECQA) assinalou que a articulação entre os entes federados australianos – no âmbito da legislação – é o que demarca as diferenças entre as políticas existentes para a primeira infância antes e depois da reforma educacional da Austrália. Segundo ela, a nova legislação, constituída a partir de 2010, com a contribuição da Commonwealth, dos estados e territórios, e por eles assumida, lançou as bases legais para a tessitura das políticas educacionais e de cuidados, vigentes desde então.

No fim de 2010, a *Education and care services national law Act 2010* (Lei n. 69, de 12 de outubro de 2010) foi aprovada no Parlamento Vitoriano, atribuindo “*status legal para o acordo e para as exigências legais estabelecidas*”¹⁰ (FENECH; GIUGNI; BOWN, 2012, p. 6, tradução nossa). Tais exigências dizem respeito a:

Aprovação de provisão e serviço, certificação de supervisores, sistema de avaliação e classificação, políticas e procedimentos, saúde e segurança das crianças, ambiente físico dos centros, pessoal, informações e registros, e o estabelecimento, bem como os papéis a serem desempenhados pela ACECQA.¹¹ (FENECH; GIUGNI; BOWN, 2012, p. 6, tradução nossa)

¹⁰ Trecho original: “which gave legal status to the agreement and established legislative requirements”.

¹¹ Trecho original: “provider and service approvals, certified supervisors, the assessment and rating system, policies and procedures, children’s health and safety, a centre’s physical environment, staffing, information and records, and the establishing and roles of ACECQA”.

A referida lei enfatiza os objetivos do *National Quality Framework* (NQF) para a qualidade dos serviços oferecidos, quais sejam:

a) garantir a segurança, a saúde e o bem-estar das crianças que frequentam os serviços de educação e cuidados;

- b) melhorar os resultados educacionais e de desenvolvimento para as crianças que frequentam os serviços de educação e cuidados;
- c) promover a melhoria contínua na prestação de serviços de educação e cuidados de qualidade;
- d) estabelecer um sistema de integração nacional e responsabilidade partilhada entre jurisdições participantes e da Commonwealth na administração do quadro;
- e) melhorar o conhecimento público e o acesso à informação sobre a qualidade dos serviços de educação e cuidados;
- f) reduzir a carga regulamentar e administrativa para os serviços de educação e cuidados, permitindo que informações sejam compartilhadas entre as jurisdições participantes e a Commonwealth.¹² (VICTORIA, 2010, p. 12, tradução nossa)

O NQF compreende os seguintes elementos: o *National Quality Standard* (NQS); o desenvolvimento do quadro de aprendizagem para os primeiros anos – *Early years learning framework* (EYLF); a racionalização dos sistemas de licenciamento; e a acreditação e implementação de um sistema de classificação de qualidade. A coordenação do NQF é realizada pela ACECQA,¹³ já mencionada neste texto.

O NQS (aplicado desde 2012), em substituição ao antigo sistema de credenciamento e avaliação dos serviços de Ecec, criado em 1993, mesmo com flexibilizações relativas aos contextos locais, agora é o mesmo em toda a Austrália e integra os processos de regulação das políticas voltadas para a primeira infância.

O NATIONAL QUALITY FRAMEWORK

Em 2009, sob a liderança do Council of Australian Governments (Coag),¹⁴ foi construído, de forma colaborativa, o “primeiro quadro curricular nacional da Austrália”¹⁵ (WESTON; TAYLER, 2016, p. 33, tradução nossa), denominado *Belonging, being & becoming: the early years learning framework for Australia* (EYLF). De acordo com documento publicado pela Commonwealth of Australia (COUNCIL OF AUSTRALIAN

12 Trecho original: “a) to ensure the safety, health and wellbeing of children attending education and care services; b) to improve the educational and developmental outcomes for children attending education and care services; c) to promote continuous improvement in the provision of quality education and care services; d) to establish a system of national integration and shared responsibility between participating jurisdictions and the Commonwealth in the administration of the national education and care services quality framework; e) to improve public knowledge, and access to information, about the quality of education and care services; f) to reduce the regulatory and administrative burden for education and care services by enabling information to be shared between participating jurisdictions and the Commonwealth”.

13 A ACECQA substituiu o antigo National Childcare Quality Council (NCAC - Conselho Nacional de Credenciamento de Creches).

14 O Coag foi criado com a responsabilidade de: “aumentar a cooperação entre os governos no interesse nacional; prosseguir as reformas que visam a alcançar uma economia nacional integrada e eficiente e um mercado nacional único; continuar a reforma estrutural do governo e a revisão das relações entre os governos; considerar outras questões intergovernamentais ou de todo o governo” [Increase co-operation among governments in the national interest; Pursue reforms that aim to achieve an integrated, efficient national economy and single national market; Continue the structural reform of government and review of relationships among governments; and Consider other intergovernmental or whole-of-government issues] (GRIFFITH, 2009, p. 8, tradução nossa). O órgão também foi responsável pela articulação das políticas voltadas para a primeira infância na Austrália.

15 Trecho original: “Australia’s first national curriculum framework”.

GOVERNMENTS, 2009, p. 5, tradução nossa), o currículo está baseado em evidências internacionais que classificam a primeira infância como sendo “vital na aprendizagem e desenvolvimento das crianças”, tendo sido construído pelo “setor de educação infantil, acadêmicos da primeira infância e os governos da Austrália, estados e territórios”.¹⁶ Afirma que a estrutura curricular

16 Trecho original: “The Framework draws on conclusive international evidence that early childhood is a vital period in children’s learning and development. It has been developed with considerable input from the early childhood sector, early childhood academics and the Australian and State and Territory Governments”.

17 Trecho original: “The Framework forms the foundation for ensuring that children in all early childhood education and care settings experience quality teaching and learning”.

18 Trecho original: “It has a specific emphasis on play-based learning and recognises the importance of communication and language (including early literacy and numeracy) and social and emotional development. The Framework has been designed for use by early childhood educators working in partnership with families, children’s first and most influential educators”.

19 Trecho original: “This document may complement, supplement or replace individual State and Territory frameworks”.

20 Trecho original: “On 5 December 2008, State, Territory and Commonwealth Ministers of Education meeting as the Ministerial Council on Education, Employment, Training and Youth Affairs, released the *Melbourne declaration on educational goals for young Australians*”.

[...] constitui a base para garantir que as crianças, em todos os contextos de educação e cuidados na primeira infância, tenham uma experiência de qualidade de ensino e aprendizagem.¹⁷

E acrescenta:

Ela [a estrutura curricular] tem uma ênfase específica na aprendizagem baseada no jogo e reconhece a importância da comunicação e da linguagem (incluindo alfabetização e matemática) e do desenvolvimento social e emocional. A estrutura foi concebida para ser utilizada por educadores de primeira infância que trabalham em parceria com as famílias das crianças e educadores mais influentes.¹⁸ (COUNCIL OF AUSTRALIAN GOVERNMENTS, 2009, p. 5, tradução nossa)

Consubstanciado nas indicações previstas na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, o documento estabelece que o EYLF “pode complementar, suplementar ou substituir as estruturas [curriculares] individuais do estado e território”, e que a relação deve ser “determinada por cada jurisdição”¹⁹ (COUNCIL OF AUSTRALIAN GOVERNMENTS, 2009, p. 5, tradução nossa). Informa que o quadro curricular suporta, de maneira mais ampla, a Meta 2 da *Melbourne declaration on education goals for young Australians* (Declaração de Melbourne sobre as metas de ensino para os jovens australianos), lançada em 5 de dezembro de 2008, pelos “Ministros da Educação dos estados, territórios e da Commonwealth, reunidos como Conselho Ministerial de Educação, Emprego, Formação e Juventude”²⁰ (COUNCIL OF AUSTRALIAN GOVERNMENTS, 2009, p. 5, tradução nossa).

Preocupados com os rumos econômicos mundiais e com a necessidade de tornar a Austrália um país “competitivo” e

influyente no mercado internacional, os governos locais decidiram que a educação deveria se tornar a alavanca principal no preparo das novas gerações para o desafio de enfrentar o mundo globalizado. A declaração abrange duas grandes metas, quais sejam:

- 1) a escolarização australiana deve promover a equidade e a excelência;
- 2) todos os jovens australianos devem se tornar:
 - alunos bem-sucedidos;
 - indivíduos confiantes e criativos;
 - cidadãos ativos e bem informados.²¹ (MINISTERIAL COUNCIL ON EDUCATION, EMPLOYMENT, TRAINING, AND YOUTH AFFAIRS, 2008, p. 7, tradução nossa)

21 Trecho original: "Goal 1: Australian schooling promotes equity and excellence; Goal 2: All young Australians become: - successful learners; - confident and creative individuals; - active and informed citizens".

Na perspectiva da Meta 2 da referida declaração, o currículo da educação infantil apresenta três grandes pilares: *belonging*, relacionado à noção de pertencimento; *being*, relacionado à noção de ser; e *becoming*, relacionado às transformações, ao tornar-se.

Em razão da diversidade contextual e cultural da Austrália e, portanto, de suas crianças, Weston e Tayler (2016, p. 33, tradução nossa) assinalam que o currículo se apoia "na natureza social da aprendizagem de crianças pequenas e na importância de construir relacionamentos fortes", afastando-se de "teorias de desenvolvimento e domínios de desenvolvimento".²² Segundo elas, o currículo exige "resultados abrangentes e observáveis para as crianças".

22 Trecho original: "The diverse cultural contexts of young children in Australia supported moving away from developmental theories and domains of development, to a focus on the social nature of young children's learning and the importance of building strong relationships".

Os resultados são compreendidos como "capacidades gerais" e foram incluídos no currículo

[...] com base em evidências sobre o preenchimento das lacunas de aprendizagem, cognitivas e sociais, para as crianças desfavorecidas [...] e para apoiar um 'ensino intencional' dos conceitos de alfabetização, ciências e matemática.²³ (WESTON; TAYLER, 2016, p. 34, tradução nossa)

23 Trecho original: "The outcomes were included based on evidence about closing the cognitive and social learning gaps for disadvantaged children [...] and to support 'intentional teaching' of literacy, science and mathematics concepts".

Há ênfase na importância de documentar a aprendizagem e promover práticas avaliativas que levem em conta os conhecimentos, capacidades e entendimentos das crianças, "como parte de um ciclo contínuo de planejamento,

24 Trecho original: "The EYLF also promotes assessment practices that gather and analyse information about what 'children know, can do and understand' [...] as part of an ongoing cycle of planning, documenting and evaluating children's learning".

documentação e avaliação da aprendizagem das crianças"²⁴ (WESTON; TAYLER, 2016, p. 34, tradução nossa).

O EYLF orienta os educadores a agregarem exemplos de seu contexto às suas análises. Destacamos que as informações relativas à avaliação da aprendizagem sugerem que esse procedimento deve ser realizado pelos estabelecimentos escolares, não havendo indicações de que o mesmo deva ser feito por órgãos governamentais.

O NATIONAL QUALITY STANDARD

O *Quality Improvement and Accreditation System* (QIAS) – antigo sistema de credenciamento e avaliação da educação infantil da Austrália – foi criado em 1993.²⁵ Em 2009, passou por um processo de reformulação, passando a se denominar *National Quality Standard* (NQS). Antes dessa reformulação, cada estado/território possuía sua própria legislação e podia considerar ou não as indicações do sistema.

A concepção de qualidade presente nas legislações locais e estaduais da Austrália, à época do QIAS, era a de que as instituições deveriam adotar padrões mínimos que pudessem ser facilmente mensurados. Esses padrões referiam-se a “espaço, variedade de equipamentos, número e idade das crianças, tamanho da equipe e duração de seu treinamento”²⁶ (COMMONWEALTH OF AUSTRALIA, 1993, p. III, tradução nossa).

O NQS foi desenvolvido a partir de 2009, tendo sido aplicado, pela primeira vez, em 2012. Está consubstanciado em aspectos de qualidade definidos pela OCDE, quais sejam:

[...] conceito educacional e prática, qualidade estrutural, interações entre educadores e crianças e serviços voltados para atender as necessidades das famílias e das comunidades locais.²⁷ (AUSTRALIAN CHILDREN'S EDUCATION AND CARE QUALITY AUTHORITY - ACECQA, 2011, p. 8, tradução nossa)

De acordo com o *Guide to the National Quality Standard* (ACECQA, 2011a), o NQS é composto por sete áreas de qualidade, que contêm, ao todo, 18 padrões. Para cada padrão, há uma série de aspectos a serem analisados, totalizando 52.²⁸

25 A versão QIAS do sistema de credenciamento e avaliação da educação infantil australiana foi estudada e utilizada por Piotto *et al.* (1998), de forma adaptada, para avaliar quatro creches localizadas no município paulista de Ribeirão Preto e região.

26 Trecho original: "such as space, range of equipment, number and ages of children, number of staff and length of their training".

27 Trecho original: "These aspects include educational concept and practice, structural quality, interactions between educators and children and targeting services to meet the needs of families and local communities".

28 Para saber quais são os aspectos analisados, ver Pimenta (2017).

No Quadro 1, a seguir, registramos as áreas avaliadas e os padrões concernentes a cada uma delas.

QUADRO 1 – Padrões de qualidade e áreas avaliadas na Ecec da Austrália

ÁREA	PADRÕES
Programa educacional e prática	<ul style="list-style-type: none"> - Uma estrutura de aprendizagem aprovada informa o desenvolvimento de um currículo que melhora a aprendizagem e o desenvolvimento de cada criança. - Educadores e coordenadores são focados, ativos e reflexivos na concepção e materialização do programa para cada criança.
Saúde e segurança das crianças	<ul style="list-style-type: none"> - A saúde de cada criança é promovida. - Alimentação saudável e atividade física são incorporadas ao programa para crianças. - Cada criança está protegida.
Ambiente físico	<ul style="list-style-type: none"> - O desenho e a localização das instalações são apropriados para a realização do serviço. - O ambiente é inclusivo, promove competência, exploração independente e aprendizado através da brincadeira. - O serviço tem um papel ativo no cuidado de seu ambiente e contribui para um futuro sustentável.
Arranjos de pessoal	<ul style="list-style-type: none"> - Arranjos de pessoal melhoram a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças e garantem a sua segurança e bem-estar. - Educadores, coordenadores e membros da equipe são respeitosos e éticos.
Relações com as crianças	<ul style="list-style-type: none"> - Relações respeitosas e justas são desenvolvidas e mantidas com cada criança. - Cada criança é apoiada para construir e manter relações delicadas e sensíveis com outras crianças e adultos.
Parcerias de colaboração com as famílias e comunidades	<ul style="list-style-type: none"> - Relações de respeito e apoio são desenvolvidas e mantidas com as famílias. - As famílias são apoiadas no seu papel parental e os seus valores e crenças sobre a criação dos filhos são respeitados. - O serviço colabora com outras organizações e prestadores de serviços para melhorar a aprendizagem e o bem-estar das crianças.
Liderança e gestão de serviços	<ul style="list-style-type: none"> - A liderança eficaz promove uma cultura organizacional positiva e constrói uma comunidade profissional de aprendizagem. - Há um compromisso com a melhoria contínua. - Sistemas administrativos permitem a gestão eficaz de um serviço de qualidade.

Fonte: Elaboração da autora com base em ACECQA (2011, p. 10, tradução nossa).

Há um processo de classificação e avaliação da qualidade,

[...] que reflete uma abordagem nacional para a avaliação e comunicação de qualidade dos serviços de educação e cuidados em toda a variedade de configurações de serviço existentes.²⁹ (ACECQA, 2011, p. 12, tradução nossa)

Acredita-se que a disponibilização dessas informações tem o potencial de promover “a transparência e a prestação de contas”, contribuindo para que as famílias façam “escolhas informadas sobre a qualidade da educação e dos cuidados em um serviço”³⁰ (ACECQA, 2011, p. 12, tradução nossa).

No entanto, de acordo com a diretora de um serviço de educação infantil, entrevistada por nós em outubro de 2016, alguns serviços, especialmente nas regiões suburbanas, não

29 Trecho original: “The National Quality Standard is accompanied by a national quality rating and assessment process that reflects a national approach to the assessment and reporting of the quality of education and care services across the variety of service settings”.

30 Trecho original: “The availability of this information promotes transparency and accountability and will help parents make informed choices regarding the quality of education and care at a service”.

têm o mesmo padrão de qualidade daquele oferecido no serviço dirigido por ela – um *Long Day Care* [Centro de Cuidados ao Longo do Dia] pertencente à Universidade de Melbourne, cujas taxas semanais podem chegar a 650 dólares australianos por cinco dias de frequência da criança ao serviço. Dessa forma, ao que tudo indica, famílias mais pobres não conseguem acessar serviços mais caros e provavelmente com mais qualidade em termos de insumos, formação de professores, etc. Todavia, vale destacar que o governo australiano presta auxílio financeiro às famílias, por meio de programas em que elas podem receber um desconto no pagamento de taxas, tais como o Child Care Benefit (CCB) e o Child Care Rebate (CCR). Nesses programas, o governo subsidia as famílias para ajudá-las a pagar as taxas dos serviços de Ecec.

Além disso, a ACECQA disponibiliza, para as famílias, educadores e sociedade em geral, a classificação dos estabelecimentos educacionais nas áreas de qualidade do NQS, por meio do *site MyChild*.³¹ No Quadro 2, a seguir, registramos o sistema de classificação da avaliação realizada para aferir o atendimento dos serviços de Ecec ao NQS.

31 A avaliação de cada serviço está disponível em: <<https://www.mychild.gov.au/>>. Os resultados são públicos para qualquer cidadão.

QUADRO 2 – Níveis de classificação da avaliação dos serviços de Ecec. NQS. Austrália

NÍVEL		SIGNIFICADO
01	Excelente	Indica que um serviço demonstra excelência e é reconhecido como um líder do setor.
02	Excede o Padrão Nacional de Qualidade	Indica que um serviço é superior ao Padrão Nacional de Qualidade.
03	Atende ao Padrão Nacional de Qualidade	Indica que um serviço está atendendo ao Padrão Nacional de Qualidade.
04	Trabalha para atender ao Padrão Nacional de Qualidade	Indica que um serviço está trabalhando no sentido de cumprir o Padrão Nacional de Qualidade.
05	Necessitando de melhoria significativa	Indica que um serviço não está cumprindo o Padrão Nacional de Qualidade e que o regulador está trabalhando estreitamente com o serviço para melhorar imediatamente a sua qualidade (caso contrário, a aprovação do serviço para operar será retirada).

Fonte: Elaboração da autora com base em ACECQA (2011, p. 12, tradução nossa).

O Guia explicita, ainda, como a classificação geral dos serviços é determinada ao fim do processo de avaliação, como registramos no Quadro 3, a seguir:

QUADRO 3 – Nível e Processo de Classificação Geral do NQS, na Austrália

NÍVEL		CLASSIFICACAO GERAL
01	Excelente	A classificação excelente é dada pela ACECQA.
02	Excede o Padrão Nacional de Qualidade	<p>O serviço atende a todas as normas e recebe uma classificação "Excede o Padrão Nacional de Qualidade" em pelo menos quatro áreas de qualidade, incluindo ao menos duas das seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • programa educacional e prática; • relações com as crianças; • parcerias de colaboração com as famílias e comunidades; • liderança e gestão de serviços. <p>Um serviço que oferece educação e cuidados para crianças em idade pré-escolar só pode receber uma classificação "Excede o Padrão Nacional de Qualidade" para a Área de Qualidade 1 (Programa educacional e prática) se o serviço:</p> <ul style="list-style-type: none"> • fornece um programa pré-escolar; ou • tem um acordo documentado com outro serviço aprovado para fornecer um programa de pré-escola e informa os pais sobre esse regime.
03	Atende ao Padrão Nacional de Qualidade	O serviço recebe uma classificação de que atende no mínimo ao Padrão Nacional de Qualidade, em cada área de qualidade. Ele pode receber uma classificação "Excede o Padrão Nacional de Qualidade" em uma ou mais áreas de qualidade, mas não satisfaz os requisitos para a classificação "Excede o Padrão Nacional de Qualidade".
04	Trabalhando para atender ao Padrão Nacional de Qualidade	O serviço recebe uma classificação de que está trabalhando com o Padrão Nacional de Qualidade para uma ou mais áreas de qualidade (mas não recebe qualquer classificação "Necessitando de melhoria significativa").
05	Necessitando de melhoria significativa	O serviço recebe uma classificação "Necessitando de melhoria significativa" para uma ou mais áreas de qualidade.

Fonte: Elaboração da autora com base em ACECQA (2011, p. 13, tradução nossa).

Se um serviço não atende ao Padrão Nacional de Qualidade e é classificado como "Necessitando de melhoria significativa" (questões sérias) ou "trabalhando para avançar", mas ainda não atende aos padrões, isso

[...] indica que um serviço não está cumprindo o NQS e que o regulador [ACECQA] está trabalhando em estreita colaboração com o serviço para melhorar imediatamente a sua qualidade (caso contrário, a aprovação do serviço para operar será revogada).³² (ACECQA, 2011, p. 12, tradução nossa)

De acordo com informações prestadas pela Professora Jane Page,

[...] se um serviço falhar e não puder mais atender as crianças que estão sob sua responsabilidade, o governo estadual deverá trabalhar com o governo local para colocar as crianças e as famílias em novos serviços.³³ (tradução nossa)

A Professora Collette Tayler complementou a informação:

Se um serviço é classificado como "Necessitando de melhoria significativa", ele fica sob a supervisão rigorosa da autoridade reguladora e é obrigado a resolver imediatamente

32 Trecho original: "indicates that a service is not meeting the National Quality Standard and that the regulator is working closely with the service to immediately improve its quality (otherwise the service's approval to operate will be withdrawn)".

33 Trecho original: "if a service fails and can no longer meet the children under its responsibility, the state government should work with local government to put children and families in new services".

quaisquer questões de segurança, etc. Eles [os serviços] são visitados com muita frequência e recebem ajuda para melhorar. Se, dentro do prazo alocado pela autoridade para atender às mudanças, eles não o fizerem, a autoridade poderá (por meio da ação governamental) encerrar o serviço.³⁴ (Entrevista concedida em outubro de 2016, tradução nossa)

34 Trecho original: "If a service is rated 'Significant Improvement required' they are under the close supervision of the Regulatory Authority and are required to address immediately any issues of safety etc; they are visited very frequently and they are given help to improve. If, within the timeframe allocated by the Authority to meet the changes, they fail to do so then the Authority can (through government action) close down the service".

35 Trecho original: "Few are forced to close as the conditions required, along with supports given usually work to keep the service open. The Regulatory Authorities are the places where the forced closures evidence resides".

36 Trecho original: "This varies according to each state and territory budget, workload and priorities. Mostly, the NQS Authorised Officers and local professional associations and networks provide professional development support to the centres, and ACECQA provides learning and development workshops. The level of professional development budgets is now beginning to decline, after major investment between 2009 and 2016 to bring the NQF/NQS into place".

37 Trecho original: "NQS requires them to develop their Improvement Plans specifically to address the area/s that have not been demonstrated as at the Standards".

Ainda de acordo com ela,

[...] poucos [serviços] são forçados a fechar, pois as condições exigidas, juntamente com o apoio dado [pelas autoridades reguladoras], geralmente trabalham para manter o serviço aberto³⁵ (Entrevista concedida em outubro de 2016, tradução nossa).

Tayler asseverou que, embora haja investimentos do governo para apoiar esses serviços,

Isso varia de acordo com cada orçamento de estado e território, carga de trabalho e prioridades. Os funcionários autorizados do NQS, as associações e redes locais de profissionais fornecem apoio de desenvolvimento profissional aos centros, e o ACECQA oferece *workshops* de aprendizagem e desenvolvimento. O nível dos orçamentos de desenvolvimento profissional está começando a diminuir, após grandes investimentos realizados entre 2009 e 2016, para implementar o NQF e o NQS.³⁶ (Entrevista concedida em outubro de 2016, tradução nossa)

Ao ser questionada sobre o que ocorre com um serviço quando este piora ou não avança de uma avaliação para a outra, Tayler informou que é exigido que os serviços “desenvolvam seus planos de melhoria para a área que não está atendendo aos padrões”³⁷ (Entrevista concedida em outubro de 2016, tradução nossa).

De fato, à época da publicação do guia do NQS (ACECQA, 2011), o documento indicava que os regulamentos nacionais seriam avaliados e que as autoridades reguladoras de cada estado/território deveriam “informar a revisão dos serviços (conformidade histórica, classificação e história de

avaliação)”,³⁸ bem como rever o Plano de Melhoria da Qualidade do serviço (Quality Improvement Plan) – mencionado pela Professora Collette – que existia até então (ACECQA, 2011, p. 13, tradução nossa).

A avaliação e a subsequente classificação dos serviços são realizadas pela “entidade reguladora competente em cada estado e território”³⁹ (ACECQA, 2011, p. 12, tradução nossa), que envia um ou mais funcionários autorizados para realizar o processo, a depender do tipo e tamanho do serviço a ser avaliado. Para tanto, utiliza-se o Instrumento de Avaliação e Classificação do NQS, em inglês, *National quality standard assessment and rating instrument* (ACECQA, 2012). De acordo com as informações fornecidas por Tayler,

As avaliações começaram em 2012 (com cerca de 15.000 serviços a serem avaliados). Elas [as avaliações] levam tempo e nem todos os serviços foram avaliados ainda, lembrando que novos serviços são adicionados ao sistema todos os anos. Alguns serviços (aqueles classificados como “*Trabalhando para atender ao Padrão de Qualidade*” receberam uma segunda avaliação – isso acontece um ano após o primeiro). O calendário para visitar e avaliar cada serviço está sob o controle de cada autoridade reguladora do estado e do território. A ACECQA, em uma série de exercícios de consistência e para garantir que cada estado e território estejam acompanhando o seu trabalho de avaliação, publica relatórios de avaliação sobre o progresso de cada estado e território no *National Quality Standard*, quatro vezes por ano.⁴⁰ (Entrevista concedida em outubro de 2016, tradução nossa)

Um conjunto de documentos e ferramentas acompanha o NQS para orientação, tanto dos educadores como dos serviços e autoridades que realizam a avaliação e o monitoramento da qualidade, quais sejam: os quadros curriculares; guias curriculares para os educadores; guia do Padrão Nacional de Qualidade; guia para o desenvolvimento do Plano de Melhoria da Qualidade; e o Instrumento de Avaliação e Classificação.

Com o objetivo de auxiliar

38 Trecho original: “review service information (compliance history, rating and assessment history)”.

39 Trecho original: “The relevant Regulatory Authority in each state and territory undertakes the assessment and rating process [...]”.

40 Trecho original: “Evaluations started in 2012 (with about 15.000 services to evaluate). They take time and not all services are evaluated as yet, bearing in mind that new services are added to the system every year. Some services (those rated as “Working Towards” have received a second assessment – this happens one year after the first. The timetable for visiting and assessing each service is in the control of each state and territory Regulatory Authority. Together the Regulatory Authorities work with ACECQA on a range of consistency exercises, and to ensure that each state and Territory is keeping up with their assessment work. ACECQA publicly reports on the progress of each state and territory’s NQS assessments 4 times per year”.

[...] os serviços a concluir o processo de planejamento de melhoria da qualidade, de autoavaliação e de avaliação de suas práticas atuais e identificar quais práticas podem ou devem melhorar.⁴¹ (ACECQA, 2011, p. 16, tradução nossa)

41 Trecho original: "The purpose of this guide is to assist services to complete the self-assessment and quality improvement planning process by evaluating their current practices and identifying which practices they can or should improve".

o *Guide to the NQS* (ACECQA, 2011) orienta como educadores e assessores das autoridades que realizam a avaliação devem proceder em relação a cada aspecto avaliado pelos padrões de qualidade, descrevendo cada uma das sete áreas de qualidade do NQS, incluindo:

- uma declaração introdutória para cada área de qualidade, que fornece o contexto e os fundamentos, bem como uma lista dos padrões e elementos que se enquadram na área de qualidade;
- uma lista das seções relevantes da Lei Nacional e das Regulações Nacionais que se aplicam à área de qualidade;
- uma descrição de cada padrão e uma explicação sobre como ele contribui para educação e cuidados de qualidade para as crianças;
- perguntas reflexivas para o serviço considerar quando trabalha na direção de cada padrão;
- um guia para a prática de cada elemento, o qual descreve como o elemento pode ser colocado em prática no serviço e como o elemento pode ser avaliado. Este consiste de orientação aplicável a todos os tipos de serviços e crianças de todas as idades, seguido por qualquer orientação específica identificada para o tipo de serviço ou idade das crianças.⁴² (ACECQA, 2011, p. 16, tradução nossa)

42 Trecho original: "an introductory statement for each quality area, which provides context and the rationale, as well as a list of the standards and elements that fall within the quality area; a list of the relevant sections of the National Law and National Regulations that apply to the quality area; a description of each standard and an explanation about how it contributes to quality education and care for children; reflective questions for the service to consider when working towards each standard; a guide to practice for each element, which describes how the element might be put into practice at the service and how the element may be assessed. This consists of guidance applicable to all service types and children of all ages, followed by any specific guidance identified for the service type or age of the children".

43 Disponível em: <<http://www.acecqa.gov.au/assessment-and-ratings-process>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

O processo avaliativo tem duração de aproximadamente dois meses, entre o aviso da ACECQA para a instituição até sua finalização, com a pontuação e classificação do serviço. Cabe informar que, durante o processo, os avaliadores elaboraram um relatório preliminar com suas considerações sobre as áreas avaliadas e, dentro do período de avaliação, o serviço pode solicitar a revisão dessas considerações, desde que com argumentos fundamentados e documentados.⁴³ Para a diretora de um Jardim de Infância visitado por nós, o período de avaliação não deveria ser avisado aos serviços. Em suas palavras,

A única coisa que eu mudaria é que a classificação e a avaliação deveriam ocorrer de forma aleatória, sem preparação. Acredito que devemos visar à alta qualidade em todos os momentos e que os avaliadores devem observar a prática diária, em vez dos serviços. Dessa forma, teríamos uma verdadeira indicação de onde o serviço está alinhado com os padrões, com oportunidades para continuar a melhorar.⁴⁴ (Entrevista concedida em outubro de 2016, tradução nossa)

Ainda assim, ela considera que o NQS contribui sobremaneira para elevar a qualidade da educação infantil na Austrália:

O NQS garante a segurança, a saúde e o bem-estar de todas as crianças que frequentam o nosso serviço e, com cada elemento, apoia os professores e educadores para melhorar os resultados educacionais e de desenvolvimento para as crianças. [...] Com o Quality Improvement Plan do serviço, somos capazes de refletir continuamente sobre nossa prática e prestação de serviços em consonância com as sete principais áreas de qualidade e regulamentos, identificar problemas e estabelecer metas para trabalhar em cada área relevante para o nosso serviço.⁴⁵ (Entrevista concedida em outubro de 2016)

Até o mês de dezembro de 2016, dos 15.434 serviços de educação infantil aprovados na Austrália, 13.312 (86%) deles tinham sido avaliados. Destes, 5.537 (42%) foram classificados como *Atende ao Padrão Nacional de Qualidade*. Outros 4.045 (30%) receberam a classificação *Excede o Padrão Nacional de Qualidade (Exceeding NQS)* e 3.644 (27%) foram classificados como *Trabalhando para atender ao Padrão Nacional de Qualidade*. As classificações *Necessitando de melhoria significativa* e *Excelente* foram atribuídas para menos de 1% dos serviços: 33 e 53, respectivamente (ACECQA, 2017).

Entre 2012 e 2016, 1.705 serviços foram reavaliados, sendo que 1.053 (62%) deles obtiveram uma melhor classificação, 579 (34%) mantiveram o resultado e 73 (4%) ficaram abaixo da classificação anterior. Da primeira para a segunda

44 Trecho original: "The only thing I would change is that the rating and assessment should take place randomly without preparation, as I believe we should aim for high quality at all times and assessors should observe everyday practice rather than services have time to prepare. This way we would have a true indication of where the service is aligned with the standards with opportunities to continue to improve".

45 Trecho original: "NQF ensures the safety, health and wellbeing of all children attending our service, as well as with each element supporting teachers and educators to improve the educational and developmental outcomes for children. [...] With the Quality Improvement Plan in place we are able to continuously reflect on our practice and service delivery in line with the 7 key quality areas and regulations identifying issues and setting goals to work on each area relevant to our service".

avaliação, o número de serviços classificados como *Necessitando de melhoria significativa* caiu de 28 para nove. Já a quantidade de serviços que obtiveram classificação *Trabalhando para atender ao Padrão Nacional de Qualidade* caiu de 1.365 para 495. Em contrapartida, o número de serviços que atingiu classificação *Atende ao Padrão Nacional de Qualidade* aumentou de 236 para 806 e 395 alcançaram a classificação *Excede o Padrão Nacional de Qualidade* no processo de reavaliação, contra 76 classificados nesse nível na avaliação anterior (ACECQA, 2017).

Segundo Tayler (2014, p. 146), os resultados iniciais dessa avaliação indicaram que:

[...] o Padrão ainda se aplica a uma minoria de instituições que continuam trabalhando para atingi-lo. O programa e a prática educacional representam a Área de Qualidade que parece ser a mais difícil de equiparar ao Padrão exigido. A área requer a utilização de um currículo aprovado; um currículo baseado na brincadeira e nas ideias e interesses das crianças; experiências e rotinas inclusivas e cognitivamente desafiadoras; e uma demonstração de foco, atividade e reflexão, por parte dos educadores, em suas práticas e interações com as crianças.

Corroborando essa visão, Weston e Tayler (2016, p. 36, tradução nossa), com base em estudo de caso que analisou resultados da avaliação relativos à área *Programa educacional e prática*, revelam que “uma percentagem significativa dos serviços foi avaliada no nível *Trabalhando para ao Padrão Nacional de Qualidade*”,⁴⁶ ou seja, tais serviços ainda não atingiram os padrões estabelecidos, o que, segundo elas, levanta questões sobre o que precisa ser feito após o processo de avaliação.

A professora Tricia Eadie, da Universidade de Melbourne, reiterou, por meio de entrevista em outubro de 2016, que as avaliações têm demonstrado que os padrões relativos às práticas educativas são aqueles que necessitam de mais atenção. Para ela, os padrões concernentes à *Liderança e gestão de serviços* também merecem um olhar mais apurado.

Observe-se que tais áreas – *Programa educacional e prática e Liderança e Gestão de Serviços* – estão diretamente relacionadas

⁴⁶ Trecho original: “a significant percentage of assessed services at the ‘working towards NQS’ level”.

aos recursos humanos e, portanto, aos processos que ocorrem no interior das instituições, podendo ser considerados como aspectos *menos tangíveis*, ou seja, mais difíceis de serem captados, como problematizam Logan e Sumsion (2010, p. 44, tradução nossa, grifos dos autores):

Aspectos *tangíveis* de qualidade são semelhantes aos aspectos estruturais da qualidade e incluem aspectos facilmente mensuráveis, tais como proporção entre funcionários-crianças, tamanhos de grupo, qualificações do pessoal, materiais de aprendizagem e capital físico. Aspectos *menos tangíveis* de qualidade incluem entusiasmo, liderança, motivação, interações pessoais da criança, crenças e a complexidade da tomada de decisão que contribui para julgamentos profissionais. [...] Aspectos menos tangíveis de qualidade [...] abrangem uma gama mais ampla do que aspectos do processo e são difíceis de medir por sistemas tradicionais e escalas de avaliação.⁴⁷

Ao que parece, o desafio que se coloca para a Austrália, nesse momento, é conseguir ir além da constatação realizada pelo processo de avaliação. Cabem reflexões e a construção de ações mais diretas nos estabelecimentos educacionais, de formação de pessoal e de escuta das percepções de qualidade dos profissionais que atuam na educação infantil.

Nessa perspectiva, Mentha, Church e Page (2015), ao analisarem as percepções de professores quanto à participação e atuação das crianças em seu processo de aprendizagem (lembrando que a participação das crianças é um dos aspectos avaliados pelo NQS), asseveram a importância de evidenciar os conceitos de qualidade existentes entre os professores para compreender as “complexidades” inerentes ao conceito e, assim, poder implementar “políticas mais consistentes e claras”.

Segundo Tayler (2014, p. 146), há uma expectativa, por parte dos implementadores das políticas e do NQS, de que os educadores sejam

[...] reconhecidos por suas habilidades profissionais, por sua contribuição ao desenvolvimento e à aprendizagem das crianças, e que recebam apoio para aprimorarem sua

47 Trecho original: “Tangible aspects of quality are similar to structural aspects of quality and include readily measurable aspects, such as child-staff ratios, group sizes, qualifications of staff, learning materials and physical capital. Less tangible aspects of quality include enthusiasm, leadership, motivation, child-staff interactions, beliefs, and the complexity of decision making that contributes to professional judgements. [...] Less tangible aspects [...] encompass a broader range than process aspects and are difficult to measure by traditional systems and rating scales”.

especialização profissional, mantendo-se em consonância com as intenções do NQS.

A autora defende que

[...] o fato de todas as unidades aprovadas estarem sendo avaliadas com base no NQS tem sido considerado positivo para crianças, famílias, educadores, prestadores de serviços e governos. (TAYLER, 2014, p. 146)

Ela assinala que a expectativa é a de que esse sistema de avaliação “estimule melhorias na qualidade dos programas e das experiências,” beneficiando “o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças”, bem como informando melhor as famílias sobre a qualidade das instituições.

Para a professora Tricia Eadie, o NQS é considerado bom pelas famílias e crianças. Entretanto, “não está claro se elas estão conscientes da diferença entre o atingir o padrão mínimo *versus* exceder os padrões de qualidade”⁴⁸ (entrevista concedida em outubro de 2016, tradução nossa). Ou seja, a noção de qualidade das famílias parece ser uma questão a ser problematizada.

Em relação aos prestadores de serviços, Tayler (2014, p. 147) assinala que o objetivo é que os mesmos tenham “sua carga regulatória reduzida (um único conjunto de regras e menos restrições)” e possam “demonstrar o valor e os benefícios de seus serviços à comunidade, à luz de um padrão comum”. Por fim, destaca a autora, “espera-se que os governos estejam mais bem posicionados para determinar o valor de seu investimento nos serviços de educação infantil”.

CONTRIBUIÇÕES DA EXPERIÊNCIA AUSTRALIANA PARA O BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A experiência australiana de implementação de políticas voltadas para a educação infantil, entre elas a avaliação da etapa, sugere para o Brasil a necessidade de se aprimorar o regime de colaboração entre os entes federados. O estudo constatou a importância da articulação entre o governo nacional e os estados/territórios australianos, que assumiram

⁴⁸ Trecho original: “unclear whether they are aware of difference between minimum versus exceeds ratings”.

o compromisso de levar a cabo a aplicação do Padrão Nacional de Qualidade para todos os serviços de Ecec, bem como de cuidar das demais políticas voltadas para essa etapa.

Não obstante nossas diferenças com a Austrália, no que tange à estrutura federativa, tipo de governo e estrutura educacional, o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e os planos municipais para o mesmo decênio colocam a colaboração entre as três esferas de governo como uma questão imprescindível para garantir uma oferta de qualidade na educação infantil, haja vista que, sendo os municípios os principais provedores da etapa, há que se considerar que estes são a esfera economicamente mais vulnerável da federação e, portanto, necessitam de aportes financeiros das demais esferas.

A referida experiência reforça, ainda, a importância de considerar diferentes dimensões para mensurar a qualidade da educação oferecida e a necessidade de reflexão sobre os procedimentos avaliativos, com vistas a abranger diferentes demandas, entre elas, as visões sobre qualidade existentes no interior dos estabelecimentos educacionais.

No que tange ao foco da avaliação, os resultados alcançados nessa investigação evidenciam que a iniciativa australiana avalia dimensões importantes da qualidade esperada para a educação infantil brasileira, defendidas pela legislação e por documentos nacionais, norteadores da etapa, a despeito das diferenças contextuais existentes em ambos os países, e tem potencial para auxiliar na reflexão sobre as experiências em curso no Brasil.

Cabe demarcar que a avaliação do desenvolvimento/aprendizagem das crianças não é considerada no desenho avaliativo nacional da Austrália. O sistema de avaliação dos serviços de educação infantil não tem as crianças como foco, mas sim as práticas educacionais existentes nos estabelecimentos e aspectos da gestão. Dessa maneira, busca evidenciar se o estabelecimento educacional e seus profissionais estão levando em conta o que é determinado pelo *National Quality Framework*.

O referido quadro de qualidade prevê a avaliação e o acompanhamento da aprendizagem das crianças no âmbito dos serviços educacionais, realizados pelos professores, de

modo a promover a aprendizagem das crianças e obter resultados abrangentes, sem, contudo, levá-los em conta para aferir a qualidade dos serviços prestados. Esse movimento parece-nos interessante, pois valoriza o processo de aprendizagem das crianças, sem restringi-lo a determinadas habilidades/competências. Ao mesmo tempo, indica, aos serviços e seus profissionais, que a aprendizagem é fruto de ações intencionais e planejadas pelos professores.

Ressalvamos que a avaliação das crianças é fundamental. Afinal, espera-se que o resultado de ações de melhoria das/nas instituições de educação infantil seja o pleno desenvolvimento/aprendizagem de cada uma delas, dimensões fundamentais da qualidade que se deseja alcançar. Todavia, defendemos que tomá-la como instrumento de definição das políticas para a educação infantil pode levar-nos a desconsiderar aspectos estruturais e processuais necessários para a melhoria da qualidade em nosso país.

Por fim, a experiência australiana indica a necessidade de se aprimorar o processo avaliativo para abranger diferentes demandas. Isso porque esse processo nunca será totalmente perfeito, dado que a dinâmica educacional nem sempre se enquadra em padrões pré-estabelecidos, embora a existência de padrões não seja vista por nós como algo negativo, ainda mais em um país com dimensões continentais como o Brasil. Garantir o atendimento a padrões é assegurar, de alguma maneira, equidade educacional.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise; BORGHI, Raquel; ARELARO, Lisete. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009.

AUSTRALIAN CHILDREN'S EDUCATION AND CARE QUALITY AUTHORITY. *Guide to the National Quality Standard*. Australia: ACECQA, 2011a.

AUSTRALIAN CHILDREN'S EDUCATION AND CARE QUALITY AUTHORITY. *National Quality Framework*. Australia: ACECQA, 2011b. Disponível em: <<http://www.acecqa.gov.au/>>. Acesso em: 07 set. 2012.

AUSTRALIAN CHILDREN'S EDUCATION AND CARE QUALITY AUTHORITY. *National quality standard assessment and rating instrument*. Australia: ACECQA, 2012.

AUSTRALIAN CHILDREN'S EDUCATION AND CARE QUALITY AUTHORITY. *NQF Snapshot Q4 2016: a quarterly report*. Australia: ACECQA, Feb. 2017.

BAUER, Adriana; HORTA NETO, João Luiz; SOUSA, Sandra Zákia; PIMENTA, Cláudia Oliveira. *Avaliação e gestão educacional em municípios brasileiros: mapeamento e caracterização de iniciativas em curso: relatório final*. São Paulo: FCC/Inep, 2016. Mimeo.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 120-A, 26 de junho de 2014, Seção 1, p. 1-7. Edição extra.

COMMONWEALTH OF AUSTRALIA. National Childcare Accreditation Council. *Putting children first: quality improvement and accreditation system handbook*. First Edition. Sydney: NCAC, 1993.

COUNCIL OF AUSTRALIAN GOVERNMENTS. *Belonging, being & becoming: the early years learning framework for Sydney*: COAG, 2009. Disponível em: <https://www.coag.gov.au/sites/default/files/early_years_learning_framework.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

FENECH, Marianne; GIUGNI, Miriam; BOWN, Kathryn. Critical analysis of the National Quality Framework: mobilising for a vision for children beyond minimum standards. *Australasian Journal of Early Childhood*, Australian Capital Territory, v. 37, n. 4, Dec. 2012.

GRIFFITH, Gareth. Managerial federalism: COAG and the states. New South Wales: NSW Parliamentary Library, 2009. (Briefing Paper 10/09).

LEVY, Evelyn. Eficácia na contratualização intergovernamental na Austrália. *Revista Gestão e Políticas Públicas*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 87-112, jul./dez. 2011.

LOGAN, Helen; SUMSION, Jennifer. Early childhood teachers' understandings of and provision for quality. *Australasian Journal of Early Childhood*, Australian Capital Territory, v. 35, n. 3, Sept. 2010.

MENTHA, Sue; CHURCH, Amelia; PAGE, Jane Page. Teachers as brokers: perceptions of “participation” and agency in early childhood education and care. *International Journal of Children's Rights*, Koninklijke Brill NV, Leiden, n. 23, 2015.

MINISTERIAL COUNCIL ON EDUCATION, EMPLOYMENT, TRAINING AND YOUTH AFFAIRS. *Melbourne Declaration on Educational Goals for Young Australians*. Melbourne: December 2008.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, jan./abr. 2012.

PIMENTA, Cláudia Oliveira. *Avaliações municipais da educação infantil: contribuições para a garantia do direito à educação das crianças brasileiras*: 670 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PIOTTO, Débora Cristina *et al.* Promoção da qualidade e avaliação na educação infantil: uma experiência. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 105, p. 52-77, nov. 1998.

SOUSA, Sandra Zákia. Avaliação da educação infantil: propostas em debate no Brasil. *Interações*, Lisboa, v. 10, n. 32, p. 68-88, 2014.

SOUSA, Sandra Zákia; PIMENTA, Cláudia Oliveira. Avaliação da educação infantil: aportes de iniciativas estrangeiras. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 27, n. 65, p. 376-406, maio/ago. 2016.

TAYLER, Collette. Avaliação da qualidade da educação infantil na Austrália. Tradução de Peter Laspina. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 6-7, maio/ago., 2014.

VICTORIA. State Government. Parliament. *Education and Care Services National Law Act 2010*. Victoria, AU, 2010. Disponível em: <HYPERLINK "http://www.legislation.vic.gov.au" www.legislation.vic.gov.au>. Acesso em: 20 set. 2016.

WESTON, Karen; TAYLER, Collette. A policy frame on early learning and teaching. In: PAGE, Jane; TAYLER, Collette. *Learning and teaching in the early years*. Melbourne, Cambridge University, 2016.

CLÁUDIA OLIVEIRA PIMENTA

Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP). Professora da Rede Estadual de Educação de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil
claudiapimenta68@gmail.com

Recebido em: 21 NOVEMBRO 2017

Aprovado para publicação em: 11 JANEIRO 2018

